

**HABEAS CORPUS Nº 471.139 - GO (2018/0251449-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**IMPETRANTE** : JULIANA LOPES SODRE E OUTRO  
**ADVOGADOS** : WALTERCIDES DOMINGOS DO PRADO - GO028662  
JULIANA LOPES SODRE - GO044775  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS  
**PACIENTE** : MANOEL GONCALVES MIRANDA (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em favor de MANOEL GONCALVES MIRANDA, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (HC n. 84385-25.2018.8.09.0000).

Extrai-se dos autos que o paciente foi preso preventivamente em 09/02/2018, por ter supostamente praticado o crime previsto no art. 157, § 2º, incisos I e II, do Código Penal (roubo majorado).

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* originário, que foi denegado, conforme acórdão assim ementado:

**HABEAS CORPUS. ARTIGO 157, § 2º, INCISOS I E II, DO CÓDIGO PENAL PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO PARA O TÉRMINO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. ALTA COMPLEXIDADE DO FEITO. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. Não há que se falar em ilegalidade por excesso de prazo para a conclusão da instrução, quando não se vislumbra desídia por parte do condutor procedimental, tratando-se de feito complexo, com três acusados, com advogados diferentes, desmembramento dos autos em relação a um dos corréus, somada à contribuição da defesa em alongar a instrução ante a apresentação tardia da resposta à acusação. ORDEM DENEGADA** (fls. 340).

No presente *writ*, sustenta a existência de excesso de prazo para a formação da culpa, porquanto a prisão perdura por cerca de 220 dias sem que a instrução criminal tenha sido encerrada. Destaca que a defesa não deu causa à demora no julgamento e que a realização de audiência de instrução e julgamento foi designada apenas para 11/2/2019, em violação ao art. 400 do Código de Processo Penal.

# Superior Tribunal de Justiça

Afirma a ocorrência de cerceamento de defesa, uma vez que os advogados do paciente tiveram obstado o acesso aos autos de medida cautelar apensa ao feito principal.

Requer, em liminar e no mérito, a expedição de alvará de soltura.

O pedido de liminar foi indeferido (fls. 351/352). As informações foram prestadas pelas instâncias ordinárias (fls. 389/403).

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do *writ* (fls. 405/409).

É o relatório.

Decido.

O presente *habeas corpus* encontra-se prejudicado.

Isso porque, em contato telefônico com escrivã da 1ª Vara Criminal e Execução Penal da Comarca de Jataí/GO, foi informado que em 11/02/2019 o MM. Juiz de Direito expediu alvará de soltura em favor do ora paciente – MANOEL GONCALVES MIRANDA –, nos autos da ação penal n. 1963963.2018.809.0093, que aqui se trata.

Assim, diante do novo contexto fático, evidente a perda do objeto da presente impetração nesta Corte.

Ante o exposto, com fulcro no art. 34, XI, do Regimento Interno desta Corte, julgo prejudicado o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimações necessárias.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator